

ANA MARGARIDA FONSECA

anafonseca@ipg.pt

CENTRO DE ESTUDOS COMPARATISTAS/INSTITUTO LITERATURA COMPARADA
MARGARIDA LOSA/UNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR

UM CENTRO SEM FRONTEIRAS: COM HELDER MACEDO, PELO MUNDO

RESUMO

A obra literária e ensaística de Helder Macedo reflete o percurso existencial de um homem que incessantemente cruzou fronteiras – da África do Sul, onde nasceu, até Inglaterra, onde viveu a maior parte da sua vida, com passagens pelo Moçambique colonial, pelo Brasil e, naturalmente, por Portugal. Mas mais do que fronteiras físicas, Helder Macedo distingue-se pelo atravessamento dos limites de um povo ou nação: firme na recusa de essencialismos e na defesa de uma identidade plural, tanto em termos individuais como coletivos, o escritor acredita que a riqueza nos vem da multiplicidade e da assunção de um lugar no mundo que se abra à presença do outro. O nosso objetivo passa, assim, por percorrer alguns romances de Helder Macedo, assim como parte da sua produção ensaística, na tentativa de discutir os contributos que este notável intelectual português pode trazer para um repensar da(s) crise(s) na Europa e para a redefinição das identidades coletivas.

PALAVRAS-CHAVE

Helder Macedo; fronteiras; globalização; identidade

Num texto de 2001, intitulado “Sociedade pós-moderna, globalização e europeização do mundo português”, escreve Helder Macedo na conclusão:

é precisamente por ser português que não sou apenas europeu, que posso e que quero dialogar com outras línguas e outras culturas a partir das plurais culturas da língua que temos em comum. Será isso aceitar irremediavelmente o meu lugar nas periferias das culturas dominantes? Talvez não, talvez seja assumir o lugar que nos compete – a todos nós, os de língua portuguesa – num centro sem fronteiras que também possa ser o meu. (Macedo, 2001, p. 16)

Com estas palavras, Helder Macedo dá o mote para a reflexão que pretendemos aqui trazer, motivada pelo tema deste colóquio: a Europa e o mundo, a Europa no mundo, as muitas Europas que no mundo se definem, umas dominantes, outras periféricas. Na passagem citada, Macedo questiona os conceitos de centro e periferia, é certo, mas abre sobretudo a discussão em torno do fatalismo que encerra povos e culturas em posições de subalternidade assumidas pelos próprios. É, pois, de um centro sem fronteiras que pretendemos falar – de um centro que se define criticamente, de fronteiras que existem para ser transgredidas, da possibilidade de construção de novos centros e reinventadas periferias.

Helder Macedo é, na verdade, um homem de muitas fronteiras, como ele próprio se define. Nascido na África do Sul em 1935, filho e neto de administradores coloniais, passou a infância nas antigas colónias portuguesas, Moçambique sobretudo. Aos 12 anos partiu para Lisboa, para estudar, tendo enveredado pelo curso de Direito, nos anos 50 do século XX, em plena ditadura salazarista. Mais atraído pelo combate político, em oposição ao regime, e pelo labor poético, do que pelas leis, acaba por abandonar o país devido ao envolvimento na campanha presidencial de Humberto Delgado. O destino era Londres, onde trabalhou em vários locais antes de começar a carreira académica no King's College, tendo aí desenvolvido de forma notável o Departamento de Estudos Portugueses, Brasileiros e de África de Língua Portuguesa. Passou por outras universidades europeias, brasileiras e norte americanas, como Harvard. A Portugal regressa primeiro em 1972 e depois em 1974, para exercer as funções de Diretor-Geral de Espetáculos e de Secretário de Estado da Cultura, no governo de Maria de Lourdes Pintasilgo. Volta depois a Londres e retoma o seu lugar no King's College, assumindo a Cátedra Camões de 1982 até ao ano da sua jubilação em 2004.

Se são múltiplas as fronteiras físicas atravessadas por este intelectual e escritor, são também diversas as formas genológicas por ele cultivadas. Começou por publicar poesia com apenas 21 anos (*Vesperal*), a que se somou *Lago Bloqueado*, *Viagem de Inverno*, entre outros. Notabilizou-se também como ensaísta, com textos sobre diversíssimos autores e épocas, do trovadorismo a algumas das figuras maiores da literatura contemporânea. Na ficção estreou-se em 1991 com *Partes de África*, seguindo-se *Pedro e Paula*, em 1998, e *Vícios e Virtudes*, em 2000. Do elenco de romances fazem ainda parte *Sem Nome* (2005), *Natália* (2009) e o mais recente *Tão longo amor tão curta a vida* (2013). Em todos eles, o complexo jogo intertextual a piscar o olho ao leitor atento, a reflexão em torno da identidade nacional

(que Helder Macedo, provocatoriamente, diz que não existe), a mulher como sede da força anímica, a abertura ao outro, seja ele cultura, espaço físico ou inscrição ideológica.

E se começamos esta reflexão com uma tentativa de resumo existencial, é porque pretendemos sublinhar, antes de mais, a centralidade do atravessamento das fronteiras no percurso de vida de Helder Macedo; algo que é, aliás, reconhecido pelo próprio – disse o escritor, em entrevista, que para além do conceito de viagem “há outra palavra, outro conceito, que é recorrente em tudo quanto escrevo, quanto faço: *fronteiras*”. Tendo-lhe sido depois perguntado se, como afirma em *Partes de África*, se trata de “fronteiras ausentes”, o escritor e ensaísta responde:

faço por isso. O que sei é que se estão lá é para serem atravessadas, como gosto de dizer e de praticar. Se isso é português, também não sei. Talvez: sempre fomos poucos e sempre viajamos muito. Viajar é preciso. (Macedo, 2002, p. 332)

A ausência de fronteiras a que se refere Macedo é, portanto, também uma presença, pois a transgressão faz-se, precisamente, porque elas “estão lá”. Este aparente paradoxo chama a atenção para o facto de que a permeabilidade dos limites não significa a sua dissolução; o valor contestatório do atravessamento das margens só poderá existir se não se cair num relativismo em que o eu e o outro se tornam, afinal, duas faces do mesmo. Por outro lado, o escritor deteta na sua atitude as raízes hipotéticas de um certo modo de estar português, que inclui a experiência da viagem, reiteradamente cultivada ao longo dos séculos. Estando ausente qualquer tentativa de remitificação de um povo aventureiro e civilizador, a viagem surge como expressão de uma inquietude, simultaneamente ética e estética, que obriga à itinerância, sendo o discurso (os múltiplos discursos praticados pelo autor) a forma de dar sentido à errância que para a vida se procurou.

Na verdade, Helder Macedo tem cultivado, em múltiplos sentidos, o atravessamento das margens, e disso dá conta o seu percurso geográfico, afetivo, literário e crítico, como brevemente procurámos descrever. Curiosamente, o segundo livro de poesia de Macedo, de 1962, intitulava-se precisamente *Das fronteiras* e, não por acaso, Teresa Cristina Cerdeira, organizadora de um livro de ensaios sobre o autor, nomeou-o *A experiência das fronteiras* (2002). Será, portanto, a ideia de *fronteiras transgredidas* que conduzirá a presente reflexão, procurando, num primeiro momento, analisar criticamente o conceito de fronteira para, de seguida, efetuar uma leitura

– necessariamente sucinta – de três dos romances do autor, procurando evidenciar neles as marcas de uma opção simultaneamente estética e ética.

Ao considerarmos o conceito de fronteira¹, importa-nos desde logo sublinhar a sua ambivalência, característica que lhe vale, por um lado, uma notória plasticidade mas, por outro, o torna particularmente suscetível a equívocos. Esta duplicidade está presente desde logo na noção de limite físico: a fronteira divide e separa espaços, mas só através dessa linha (real ou imaginária) é que se pode atravessar para o espaço do outro. Se é assim no plano denotativo, o uso metafórico do conceito de fronteira reproduz a ambivalência entre separação e união, entre definição de limites e possibilidade de os cruzar. Emergem, assim, dois sentidos aparentemente contrários, mas que na verdade se complementam, permitindo que o mesmo conceito, quando presente em distintos discursos críticos, seja usado quer com “um valor crítico e emancipatório” quer como “um sinal negativo e conservador”, como assinala António Sousa Ribeiro (2001, p. 467).

Victor Mendes, Paulo de Medeiros e José Ornelas, na introdução a um volume dedicado aos “Usos das Fronteiras”, referem-se de forma muito clara à elasticidade do conceito:

eis um sentido muito positivo de fronteira: o de abrir um espaço de intercâmbio, onde o diálogo seja privilegiado, e capaz de dissuadir qualquer tentativa de colonização cultural. Embora o estudo das fronteiras seja uma área liberal, justamente na medida em que se trata de dar dignidade epistemológica a sociedades mescladas, a divergências morais, a literaturas que insistem nas diferenças e nas margens, ao estrabismo de um sujeito que precisa de olhar a partir de dois pontos de vista, à identidade que é feita de contradições, também é certo que as fronteiras podem ser usadas na acepção aparentemente conservadora do verso “Good fences make good neighbours”, como escreveu o poeta Robert Frost. (Mendes, Medeiros & Ornelas, 1998, p. xiv)

A consciência de que os “usos das fronteiras” estão longe de ser unívocos explicita-se nestas palavras, pois os limites tanto podem ser assumidos nas suas virtualidades comunicativas, como podem servir precisamente para o oposto, separando e restringindo o contacto.

¹ Uma análise do conceito de fronteira, assim como uma referência extensa ao campo dos chamados “estudos de fronteira” ou *border studies* podem ser encontrados no nosso ensaio *Percursos de Identidade. Representações da Nação na Literatura Pós-colonial de Língua Portuguesa* (Fonseca, 2012), particularmente no capítulo III.1.

Consciente desta duplicidade, Rui Cunha Martins propõe que se atente na dimensão *heteronímica* do conceito de fronteira, em função da análise do sentido político da configuração fronteiriça, a qual determinará os *heterónimos* aplicáveis: “a fronteira-evidência; a fronteira-transgressão; a fronteira-visibilidade; a fronteira-ausência; a fronteira-*frontier*; a fronteira-*border*; a fronteira-diluição; a fronteira-reprodução, entre outros” (Martins, 2001, p. 59). Será este o caminho, considera o autor, para a viabilização dos objetivos emancipatórios possibilitados pelo conceito, sem cair na atomização da experiência.

Assim, importa sobretudo reconhecer a pluralidade de sentidos inerente ao conceito de fronteira, pelo que os “usos” que dele são feitos se encontram condicionados pela historicidade própria de cada situação individual e coletiva. A instabilidade do lugar fronteiriço implica que um pensamento crítico se exerça, mais do que sobre a fronteira, sobre a mobilidade constitutiva de uma fronteira em permanente processo crítico de reconfiguração e cuja pertinência é aquilo que importa, em cada caso, apurar (Martins, 2001, p. 40). Contraria-se, deste modo, as críticas frequentemente apontadas de omissão das desigualdades ou apagamento das situações de exclusão – o pensamento *na* ou *da fronteira* será necessariamente um pensamento em construção, na recusa de essencialismos de género, etnia, nacionalidade ou outros.

No ensaio “Sociedade pós-moderna, globalização e europeização do mundo português”, a que começámos por nos referir, Helder Macedo reconhece a importância do duplo sentido das fronteiras, afirmando que “se as fronteiras dividem, também servem para unir. Estão lá para serem atravessadas, em ambas as direcções. Portugal é um país com muitas fronteiras.” (Macedo, 2001, p. 11) Prosseguindo, o ensaísta recorda que Portugal se vê hoje com as mesmas fronteiras que tinha antes da expansão ultramarina, mas com a particularidade de pertencer ao espaço da União Europeia, também ele formado em grande parte por antigas potências coloniais. Sem ingenuidades, Macedo aponta o dedo ao modelo expansionista da União Europeia, que vai incorporando as periferias relativamente ao centro fundador, mas observa igualmente os inegáveis benefícios económicos e políticos da integração para os portugueses (importa não esquecer que o ensaio é publicado em 2001).

Contudo, e previsivelmente, o ensaísta observa que, sendo abolidas as fronteiras políticas e económicas, existe o perigo de “dissolução de fronteiras culturais” – mas essa, afirma Macedo, “é uma fronteira que merece ser mantida. Não para fechar, mas para que possa ser mantida aberta e

transitável” (Macedo, 2001, p. 12), na verdade, sendo Portugal um país geograficamente inserido na Europa, as suas fronteiras não são estritamente europeias, pelo que se impõe uma atenção à sua pluralidade cultural.

E é neste sentido que o pensamento do escritor se orienta então para a questão da caracterização de Portugal como “uma nação periférica – quando muito semiperiférica – na linguagem sociológica atualmente em voga”. “Isto pressupõe, é claro, que há um centro exterior do qual possa ser a periferia, o que por sua vez também sugere que o problema não é apenas cultural ou apenas por arrastamento o passa a ser”. Na verdade, reconhece-se facilmente que “o centro é onde o poder económico e político se situa e a periferia é tudo quanto depende desse centro sem ter a possibilidade de influenciá-lo directamente” (Macedo, 2001, p. 12). Deste modo, considera Macedo, a própria União Europeia se pode considerar “periférica – quando muito semiperiférica” em relação ao centro que controla os mecanismos da globalização, os Estados Unidos da América, que na altura em que o ensaio foi redigido se encontrava sob a presidência de George W. Bush.

São por de mais conhecidas as teses de Boaventura Sousa Santos acerca da caracterização de Portugal como nação semiperiférica². Recordando brevemente as linhas centrais do seu pensamento, para Sousa Santos, Portugal define-se pelo facto de constituir uma sociedade semiperiférica, tendo esta condição marcado a experiência imperial ao longo de cinco séculos. Assim, se por um lado Portugal era o centro em relação às suas colónias, por outro lado era a periferia da Europa e das potências coloniais hegemónicas, nomeadamente a Inglaterra, mantendo-se o carácter intermédio da colonização portuguesa após a descolonização.

Sousa Santos procurava deste modo a definição de vetores identitários da cultura portuguesa, partindo de uma hipótese de trabalho inicial: “a cultura portuguesa não tem conteúdo. Tem apenas forma e essa forma é a fronteira ou a zona fronteira” (Santos, 1994, p. 133). Para o sociólogo, a matriz intermédia ou semiperiférica da cultura portuguesa condiciona toda a vivência coletiva, uma vez que Portugal, tendo sido o centro de um grande Império durante séculos, era na altura (e de um certo ponto de vista é ainda), simultaneamente, a periferia da Europa. Esta duplicidade refletiu-se na dificuldade de diferenciação da cultura portuguesa relativamente a culturas exteriores, concretizada na apetência pela *mimesis* cultural, bem como numa acentuada heterogeneidade interna, uma vez que são mais

² “Modernidade, identidade e a cultura de fronteira” e “Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal” (1994); “Entre Próspero e Caliban. Colonialismo, pós-colonialismo e identidade” (2001).

fortes as identidades locais e transnacionais do que propriamente aquilo que poderia ser individualizado como a cultura nacional. O “défice de diferenciação e de identificação” terá então consolidado a forma cultural de fronteira, conforme explica o sociólogo:

a cultura portuguesa é uma cultura de fronteira, não porque além de nós se conceba o vazio, uma terra de ninguém, mas porque de algum modo o vazio está do lado de cá, do nosso lado. (...) A zona fronteiriça é uma zona híbrida, babélica, onde os contactos se pulverizam e se ordenam segundo micro-hierarquias pouco susceptíveis de globalização. (Santos, 1994, p. 134)

Este confronto entre a valorização positiva da zona fronteiriça, no plano do discurso académico, e a representação textual de um aceso conflito decorrente dessa existência “nas margens” põe em relevo a ambivalência do conceito, à qual fizemos anteriormente referência. Assim, se é certo que a identidade se constrói na relação com a imagem do outro que a fronteira possibilita, também é essencial reconhecer que a experiência da alteridade nunca é neutra, implicando tensões, conflitos e por vezes antagonismos. Neste sentido, comungamos das observações formuladas por António Sousa Ribeiro relativamente à importância de renunciar a uma visão eufórica da fronteira:

a formulação utópica da noção de fronteira como figura de mediação tende a fazer esquecer que a construção social dessa noção pode ser de sinal muito diverso consoante a posição relativa que se ocupe. [...] se, para uns, a fronteira proporciona uma reconfiguração de identidades enriquecedora, para outros pode ter um significado puramente distópico, funcionando como espaço intransponível ou inabitável de exclusão e de violência coerciva. (Ribeiro, 2001, p. 471)

A própria definição de centro(s) e periferia(s) encontra-se sujeita a negociação, e este é o principal contributo que pretendemos reter do pensamento de Boaventura Sousa Santos. Longe de uma visão essencialista, importa-nos compreender que a hierarquização das culturas é um processo contínuo e como tal não se limita ao globalizado mundo contemporâneo, antes atravessa os tempos históricos, com e sem impérios coloniais.

Helder Macedo, partilhando desta visão, como antes referimos, chama então a atenção para o facto de as culturas periféricas possuírem uma autoimagem negativa e, com isso, influenciarem quer a percepção que têm

de si próprias quer a percepção do centro. Esta projeção que a periferia faz da sua autoimposta inferioridade contamina não apenas a forma como se vê a si mesma, mas também a relação com o centro, uma vez que o ver-se com olhos alheios (precisamente os do centro) implica, paradoxalmente, que este último assuma como verdadeira essa imagem.

Qual será, então, o equilíbrio possível num mundo em que, como sublinha Macedo, o trânsito cultural se parece processar numa única direção, “diluindo toda a diferença no mesmo mar cinzento da semelhança, impondo à magnífica polifonia do nosso vasto mundo uma linguagem de surdos sem interlocutores” (Macedo, 2001, p. 15)? Para Macedo, a resposta só pode passar pelo diálogo com outras culturas, sejam elas do centro ou da periferia. Assim, observa o escritor que “no mundo pós-nacional da globalização começa a haver lugar para alternativas não centralizadas” (Macedo, 2001, p. 15). E, neste sentido, os portugueses devem recordar que, para além de serem uma cultura nacional na Europa, são também parte de um “internacionalismo pluricultural que partilha a mesma língua noutros continentes” (Macedo, 2001, p. 16). Este internacionalismo constitui-se, pois, como uma forma de resistência à globalização e à mesmização do centro hegemónico, afirmando uma língua partilhada fundadora de diferença, de partilha e de autonomia. Nesta aproximação cultural com fundamentos na língua comum, procurar-se-ia, afinal, novas centralidades e a saída de uma auto-infligida periferização.

Esta posição estabelece pontos de contacto com o pensamento de outros pensadores do Sul, como o brasileiro Benjamin Abdala Júnior, que faz igualmente apelo a “laços comunitários supranacionais”: “pelas margens de um mundo de fronteiras múltiplas, parece-nos imprescindível buscar novas associações no campo do comunitarismo cultural a que historicamente nos vinculamos – articulações que efetivamente não reproduzam gestos coloniais ou imperiais” (Abdala Júnior, 2002, p. 30).

Na verdade, mesmo no campo dos bens culturais e do pensamento teórico, importa não reproduzir os discursos dominantes do centro, mesmo quando produzido por intelectuais da periferia. Assim, continua Abdala Júnior:

parece-nos que noções como centro e periferia continuam a ser ainda imprescindíveis. É evidente que se pode considerar uma periferia na cartografia do centro ou um centro na cartografia de países periféricos, mas é politicamente relevante enfatizar que, afinal, fronteiras múltiplas se interseccionam, configurando e situando, pela sinergia, formas

alternativas de poder simbólico em territórios determinados, hegemônicos. (Abdala Júnior, 2002, p. 78)

A proposta de Helder Macedo vai igualmente neste sentido e para tal, recorda o professor, é necessário que os portugueses se libertem de “ressacas colonialistas e de nacionalismos requeitados (...)”, celebrando o facto de poderem exprimir-se numa língua sem donos nacionais” (Macedo, 2001, p. 16). Este projeto, que se exprime nas múltiplas vertentes em que o professor, ensaísta e romancista desenvolve o seu trabalho, tem uma relevância fundamental no plano da produção ficcional, desde *Partes de África* a *Tão longo amor tão curta a vida*. Por razões de brevidade, referir-nos-emos apenas aos três primeiros romances publicados, sendo certo que as questões suscitadas surgem, sob distintas formas, nos restantes.

O romance de estreia, *Partes de África*, constituiu uma das primeiras obras da literatura portuguesa a lidar com os despojos do império e os mitos que dele herdámos, de forma lúcida e problematizadora. Romance híbrido e complexo, nele se encena o diálogo impossível do narrador com o pai falecido, num tecido de memórias que convoca as últimas décadas de colonialismo e ditadura. Sem saudosismos mas também sem negar a carga repressiva inerente à dominação colonial, percorre-se a história recente portuguesa, para anunciar um tempo diferente, pós-colonial, onde se possam inscrever novas formas de pensar a relação entre povos e culturas:

quando os mal-entendidos começam a esclarecer-se, quando o desconhecido deixa finalmente de ser reconhecido por aquilo que não é e a norma da diferença se integra na norma que diferencia, então é porque já chegou o tempo do fim dos impérios, quando o pós-imperialismo se pode tornar na consequência positiva de ter havido impérios. E a verdade é que esse fim já estava contido no princípio. (Macedo, 1991, p. 167)

Como Helder Macedo sugere, o fim dos impérios apenas pode acontecer realmente quando se desfizerem os equívocos alimentados pela recusa do olhar do outro, pois só desse modo o outro deixa de ser o espelho onde se refletem os nossos próprios modelos de mundo. O pós-colonialismo não é, portanto, o “depois”, mas sim um “para além”, apelando reconhecimento de que as fronteiras eram, desde o início, fertilmente instáveis.

No romance seguinte, *Pedro e Paula*, Helder Macedo prossegue a reflexão em torno do que o Portugal pós-império é ou pode vir a ser, servindo-se de uma oposição só aparentemente linear entre dois irmãos gémeos, cuja vida atravessa as últimas décadas de ditadura e as primeiras de vida

em democracia. Com efeito, escreve o narrador, esta “deveria ter sido uma simples história simbólica de gémeos antagónicos que (...) poderiam ser estes mesmos Pedro e Paula ou quaisquer outros que igualmente significassem o contentado tempo português em que agora vivemos os nossos esquecimentos” (Macedo, 1998, p. 151). O narrador terá, pois, pretendido construir um discurso onde os gémeos Pedro e Paula fossem os símbolos de antagonismos ideológicos entre a direita e a esquerda, o conservadorismo e o espírito revolucionário, a acomodação e a procura de alternativas, a cobardia e a aventura, a dependência emocional e a liberdade criativa. Porém, a figura mitológica de Janus, citada noutra momento do romance, lembra que os opostos são, afinal, inseparáveis e complementares, não se podendo entender o real sem a mediação de pontos de vista aparentemente contraditórios. Por outras palavras, atravessar as fronteiras é fundamental, mesmo que estas pareçam (e em certa medida sejam) impenetráveis à influência da alteridade. Por outro lado, observe-se a caracterização do presente como um tempo “contentado”, sugerindo uma certa passividade e o evitar dos desconfortos provocados pela memória colonial.

Em *Pedro e Paula*, como já em *Partes de África*, regressa-se à experiência traumática do fim de Império para questionar a autoimagem dos portugueses no período pós-revolução. Assim, é de forma irónica e contundente que se denuncia a hipocrisia do autoproclamado pacifismo da Revolução de Abril e dos méritos da descolonização: “quarenta e oito anos de vampiros sonâmbulos foram tão contagiosos que os portugueses até acreditaram que tinham feito uma revolução pacífica, de brandos costumes. E ao mesmo tempo também diziam que a revolução tinha sido feita nas colónias, sem notarem a contradição. Um pingo de napalm para cada cravo vermelho?” (Macedo, 1998, p. 105).

A referência às vicissitudes do processo revolucionário português, incluindo o complexo processo de descolonização, expõe a contradição com a “imagem ideal”, entretanto construída, de um acontecimento histórico sem mácula de violência. O narrador aponta para a persistência de “esquecimentos” estratégicos, assim como denuncia o voltar de costas a África, na euforia da (re)descoberta da Europa – “rumo ao futuro e a Europa connosco, porque agora somos todos brancos e os pretinhos que se lixem” (Macedo, 1998, p. 105).

Contudo, se *Pedro e Paula* faz a denúncia de traições, erros e subversões, apresenta igualmente um otimismo essencial em relação às conquistas da revolução, num reconhecimento sereno de que as contradições fazem parte da ação humana quando se luta pelas alternativas a um estado

de opressão e clausura. Salvaguardando o que ficou de positivo, declara-se, segundo cremos, uma confiança fundamental na capacidade humana de sonhar e de agir, pois “antes assim”, antes “o assim de agora” que aquilo a que teria conduzido a resignação e o imobilismo. E se, da utopia passada, o balanço fica feito, é ainda em direção ao futuro que *Pedro e Paula* se projeta, procurando, como sempre no romance, “tentar abstrair [da] exemplificativa lição privada a sucinta lição pública que a todos nós diz respeito” (Macedo, 1998, p. 182). Assim, o nascimento de Filipa, gerada pelo amor de Gabriel e Paula, representa, segundo julgamos, a continuidade do desejo utópico, alimentado pela vida, pela liberdade e pela coragem dos dois amantes.

Finalmente, em *Vícios e Virtudes*, de 2000, prossegue a reflexão sobre o “contentado tempo português”, incidindo agora sobre a interminável discussão em torno da identidade nacional, perdida entre os lamentos pelo que perdeu (África e o império) e o peso da mitologia histórica, com D. Sebastião à cabeça. Procura-se, assim, desmontar os discursos paralisantes em que os portugueses se deixam enredar, ao mesmo tempo que descontroem os tão celebrados mitos do povo conquistador e civilizador.

Neste romance, o papel principal é concedido à mãe de D. Sebastião, a princesa Joana de Áustria, filha de Carlos V e de Isabel de Portugal, irmã de Filipe II e “certamente mais interessante do que o filho”, este último caracterizado pelo narrador de forma acentuadamente pejorativa (Macedo, 2000, p. 29). Joana foge ao estereótipo de princesa do século XVI, estando a sua vida marcada por acontecimentos incomuns para a época. Em paralelo, o autor constrói uma Joana do século XX, uma “Joana pós-moderna”, igualmente rebelde e afastada dos padrões convencionais. E é pelo confronto entre uma e outra personagem que a rejeição daquilo em o sebastianismo nos tornou se vai tornando evidente, levando o narrador-personagem do romance a declarar, desassombadamente – “o tanas a identidade nacional, não há tal coisa. Há pessoas e circunstâncias. Mudam umas, mudam as outras, muda a identidade nacional” (Macedo, 2000, p. 27).

Tal como estava já presente nos romances anteriores, a rejeição faz-se sobretudo em relação às banalidades que povoam os discursos sobre a identidade nacional, contra a imposição de uma autoimagem do colonizador de brandos costumes: “por exemplo, que somos uma nação meiga e contemplativa quando temos uma História feita só de violências. Como é que tu julgas que se fazem impérios? Com punhetas saudosistas?” (Macedo, 2000, p. 28).

Em *Vícios e Virtudes*, Helder Macedo apresenta, pois, uma narrativa labiríntica, que convoca as memórias do passado expansionista de Portugal

para questionar, num registo pleno de ironia, a identidade de uma nação em tempo de globalização e pós-modernidade. O jogo de Joana é, afinal, um jogo de verdades e mentiras, vícios e virtudes, assumido provocatoriamente para desenganar a procura de um rosto único da identidade, pessoal ou coletiva. Neste romance, o Dom Sebastião de todos os delírios nacionalistas fica de fora, para dar lugar a Joana (de Áustria) e aos enigmas que à sua volta se agregam. De Dom Sebastião, apenas a referência oblíqua de uma criança enjeitada no momento de nascer e de um adolescente rebelde e cruel, que morre (será que morre? será sequer que existiu?) prematuramente. Trata-se, afinal, de recusar os lugares comuns de uma “essência” lusitana, hipoteticamente saudosista e contemplativa, para procurar nas versões de uma História marginal a ambiguidade da afirmação identitária.

Concluimos regressando ao ponto de partida: o centro sem margens que Helder Macedo reclama para a cultura portuguesa radica num internacionalismo pluricultural que faça da língua um ponto de encontro – uma fronteira em estado de abertura, recetiva ao outro e em permanente reconfiguração. Utopia? Talvez, mas apenas no sentido em que a utopia represente uma procura ativa de um futuro diferente, anticonformista e disponível para a alteridade.

A parte final do poema “Orfeu” (nessa outra vertente de Macedo-poeta) pode, assim, ser a melhor forma de sintetizar o cruzamento de fronteiras (existencial, estético, ideológico) do escritor – uma ambição de multiplicar centros e periferias, num gesto de radical procura do futuro:

Quero abrir o que as palavras não descrevem
por já não responder ao sim e ao não
do meu espelho conhecível.
Já não me basta apenas dar um nome
à morte que me cabe enquanto vivo
porque morrer é ter perdido a morte
para sempre
tornando sem sentido o sim e o não
com que me circundei e defini-me.
Conheço-me as fronteiras.
Quero o resto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abdala Júnior, B. (2002). *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural*. São Paulo: SENAC.

- Cerdeira, T. C. (Ed.) (2002). *A experiência das fronteiras. Leituras da obra de Helder Macedo*. Niterói: UdUFF.
- Fonseca, A. M. (2012). *Percursos de identidade. Representações da Nação na literatura pós-colonial de Língua Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Macedo, H. (1991). *Partes de África*. Lisboa: Editorial Presença.
- Macedo, H. (1998). *Pedro e Paula*. Lisboa: Editorial Presença.
- Macedo, H. (2000). *Vícios e virtudes*. Lisboa: Editorial Presença.
- Macedo, H. (2001). Sociedade pós-moderna, globalização e europeização do mundo português. *Letras*, 23, pp.11-16.
- Macedo, H. (2002). Partes de si e dos outros. Entrevista de Vilma Arêas e Haqira Osakabe a Helder Macedo. In T. C. Cerdeira (Ed.), *A Experiência das Fronteiras. Leituras da obra de Helder Macedo* (pp. 331-342) Niterói: EdUFF.
- Martins, R. C. (2001). O paradoxo da demarcação emancipatória: a fronteira na era da sua reprodutibilidade icónica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 59, 37-63.
- Mendes, V.; Medeiros, P. de & Ornelas, J. (1998). Os usos das fronteiras. *Portuguese Literary & Cultural Studies*, 1, xii-xv.
- Ribeiro, A. S. (2001). A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira. In B. S. Santos (Ed.), *Globalização, fatalidade ou utopia* (pp. 463-488) Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. (1994). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. (2001). Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidades. In M. I. Ramalho e A. S. Ribeiro (Eds.), *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade* (pp. 23-85) Porto: Edições Afrontamento.

Citação:

Fonseca, A. M. (2017). Um centro sem fronteiras: com Helder Macedo, pelo mundo. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade. Livro de atas* (pp. 136-148). Braga: CECS.